



SIMULADO ESPECIAL

TJ SC

**Analista Jurídico
Pós Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Analista Jurídico**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/nNQifHAgNFUvm2Gd7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4cFvxli>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. *“O ministro encerrou a audiência deixando registradas as condições do acordo.”*

A forma verbal de gerúndio **“deixando”** está empregada de forma correta.

Dentre as frases abaixo, assinale a única **incorreta** no uso do gerúndio.

- a) O pesquisador passou anos analisando os dados, reunindo evidências e construindo, gradualmente, a hipótese que sustentaria sua tese.
- b) A multidão atravessou a praça cantando, erguendo cartazes e protestando contra medidas consideradas arbitrárias.
- c) O diretor respondeu ao ofício, determinando a abertura de sindicância e apurando imediatamente as responsabilidades dos envolvidos.
- d) O candidato foi aprovado no concurso, assumindo o cargo na semana seguinte.
- e) O escritor permaneceu noites em claro revisando o manuscrito, cortando excessos e aperfeiçoando a estrutura narrativa.

2. *“O governo anunciou novas medidas para conter a inflação, mas o mercado reagiu com cautela ao pacote.”*

Nesse segmento, o termo **“pacote”** retoma o vocábulo anterior **“medidas”**, como uso hipocorístico (retomada por designação sintética). O mesmo ocorre na seguinte frase, em relação ao termo sublinhado:

- a) O pesquisador apresentou uma nova **teoria**, mas a proposta ainda precisava de comprovação empírica.
- b) O artista restaurou um antigo **violino**, porém o instrumento ainda exigia ajustes delicados.
- c) O tribunal analisou a **sentença**, embora a decisão tenha sido alvo de recursos posteriores.
- d) O jornalista descreveu a **tempestade**, mas o temporal já havia perdido intensidade.

e) O professor comentou a **gramática**, porque ela exige estudo constante.

3. Verbos abundantes são aqueles que admitem duas formas equivalentes de participio, uma regular e outra irregular.

Assinale a opção que só apresenta **verbos abundantes do participio**:

- a) suspender – expulsar – eger.
- b) trazer – sofrer – vencer.
- c) incluir – resolver – beber.
- d) romper – gastar – pedir.
- e) nascer – viver – abrir.

4. *“Na ciência, o que importa, muitas vezes, não é a hipótese inicial, mas a evidência que resiste à crítica. Uma teoria só permanece válida enquanto suporta refutações.”*

Sobre a estruturação desse pequeno texto, é correto afirmar que se trata de um texto

- a) narrativo-descritivo, cujo objetivo é relatar episódios da história da ciência.
- b) argumentativo, em que a tese apresentada está vinculada a uma condição.
- c) injuntivo, cujo propósito é instruir o leitor sobre procedimentos experimentais.
- d) expositivo, em que se apresentam informações neutras sem defesa de ponto de vista.
- e) puramente narrativo, marcado pela sucessão cronológica de acontecimentos.

5. Assinale a frase que apresenta ambiguidade por não se poder distinguir, com segurança, agente e paciente de uma ação:

- a) O diretor criticou o assessor durante a reunião.
- b) A escolha do representante gerou controvérsia.
- c) Pedro e Renato se cumprimentaram na entrada.
- d) Vi o suspeito correndo pela avenida.
- e) Convocar os servidores tornou-se urgente.

6. Observe a seguinte frase, dita por um pesquisador:
"O experimento falhou. Os dados foram revisados. Isso revela rigor metodológico."

Sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- a) as duas primeiras frases apresentam informações incompatíveis entre si.
- b) o significado desse pequeno fragmento é integralmente construído de forma explícita.
- c) entre as duas frases iniciais seria semanticamente adequada a conjunção **portanto**.
- d) o pronome **isso** refere-se apenas ao fato de o experimento ter falhado.
- e) a terceira frase introduz conclusão derivada das anteriores.

7. Todas as frases abaixo fazem propaganda de um automóvel; aquela que, em busca do convencimento do cliente, apela para a sua vaidade é:

- a) Sedan Aurora: mais tecnologia por menos custo.
- b) Para mais segurança e desempenho, use Sedan Aurora.
- c) Escolha de executivos exigentes: compre Sedan Aurora.
- d) Dirija o Sedan Aurora e seja notado por onde passar.
- e) Não enfrente imprevistos na estrada: tenha Sedan Aurora.

8. *"O relógio é um bicho que vive correndo sem sair do lugar. Tem duas mãos, mas não abraça ninguém. Fica olhando para a parede e mandando a gente dormir, acordar, sair correndo para a escola. Quando ele faz barulho cedo, ninguém gosta dele; quando atrasa, todo mundo reclama."*

O observador, que realiza uma descrição, não descreve tudo o que vê por causa de suas limitações; a limitação do observador do texto acima é proveniente:

- a) das condições físicas do ambiente em que se encontra o objeto descrito.
- b) do próprio referente, já que relógios são objetos tecnicamente difíceis de observar.
- c) de caráter psicológico, pois o observador distorce o objeto por razões subjetivas.
- d) de seu posicionamento, pois o ângulo de observação impede acesso a certos detalhes.
- e) de conhecimento, pois, sendo criança, não domina plenamente o referente descrito.

9. Em todas as frases abaixo ocorre o emprego do verbo haver; a frase em que esse verbo foi substituído por outro de sentido equivalente, de forma adequada, é:

- a) Havia muitos pesquisadores no auditório. / Permaneciam.
- b) Houve uma pane no sistema durante a madrugada. / Aconteceu.
- c) Ainda havia documentos sobre a mesa. / Restava
- d) Daqui a dois meses haverá nova eleição no conselho. / Surgirá.
- e) Há soluções para esse problema. / Existe

10. A frase em que os termos destacados podem ser compreendidos com um só significado, sem possibilidade de polissemia ou ambiguidade, é:

- a) Esses relatórios **pesaram muito** na decisão final.
- b) Clara tem **cabeça fria** em momentos difíceis.
- c) O conselho aprovou **a fundação** do novo instituto.
- d) O pesquisador voltou **para o laboratório** ao amanhecer.
- e) Renato acompanha **ainda hoje** os antigos mestres.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC*Tiago Zanolla*

- 11.** Camila, aprovada em concurso público para cargo efetivo no quadro de servidores civis do Estado de Santa Catarina, teve sua nomeação publicada no Diário Oficial em 3 de março. No vigésimo quinto dia após a publicação, sofreu acidente doméstico que a manteve internada por duas semanas, fato comprovado por laudo médico juntado aos autos do seu processo funcional. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.745/85 sobre posse e prazos a ela aplicáveis, assinale a alternativa correta.
- a) O prazo de trinta dias para posse, contado da publicação da nomeação no Diário Oficial, é improrrogável, de modo que a nomeação de Camila tornar-se-á automaticamente sem efeito caso ela não compareça até o trigésimo dia, ainda que comprovada a ocorrência de doença.
 - b) Comprovada a impossibilidade de comparecimento por motivo de doença, o prazo de posse poderá ser prorrogado até que cesse o impedimento.
 - c) O prazo de posse é de sessenta dias contados da publicação da nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias mediante requerimento fundamentado, em caso de doença devidamente comprovada por junta médica oficial.
 - d) A nomeação somente poderá ser tornada sem efeito após notificação pessoal ao interessado, não bastando o simples decurso do prazo legal contado da publicação, ainda que não comprovado qualquer motivo de força maior.
 - e) A superveniência de doença durante o prazo de posse transfere automaticamente a contagem do prazo para o momento da alta médica, independentemente de requerimento da interessada ou de ato formal da autoridade nomeante.
- 12.** Considerando as disposições da Lei Complementar estadual nº 639/2015 sobre o regime disciplinar dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.
- a) O processo administrativo disciplinar tramitará com a intervenção obrigatória da Procuradoria-Geral do Estado, cuja manifestação jurídica prévia constitui pressuposto de validade do ato final decisório proferido pela autoridade competente.
 - b) O poder disciplinar em relação aos servidores do quadro do Poder Judiciário é exercido, conforme as respectivas atribuições, pelo Presidente do Tribunal, pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelos Diretores do Foro e pelos Juízes, sobre os seus subordinados diretos.
 - c) As publicações de atos relativos ao processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário ocorrem obrigatoriamente no Diário Oficial do Estado, mantidas integralmente as regras originais da Lei Complementar estadual nº 491/2010 sem qualquer modificação.
 - d) O regime disciplinar definido pela Lei Complementar nº 639/2015 estende-se também aos notários e registradores catarinenses por delegação, aos quais se aplicam exatamente as mesmas regras previstas para os servidores efetivos do quadro do Poder Judiciário.
 - e) A Lei Complementar nº 639/2015 substitui integralmente a aplicação da Lei nº 6.745/1985 aos servidores do Poder Judiciário catarinense, afastando toda e qualquer norma estatutária estadual anterior que regule o regime funcional desses servidores.

13. Nesse cenário, considerando as disposições do art. 8º do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina sobre os critérios para criação, alteração, extinção ou classificação das comarcas, assinale a alternativa correta.

- a) Os índices mínimos para a classificação das comarcas são de 100 pontos para a 1ª entrância, 200 pontos para a 2ª entrância, 400 pontos para a 3ª entrância e 600 pontos para a 4ª entrância, conforme o rol expresso do caput do dispositivo.
- b) Atribui-se 1 ponto a cada 1.000 eleitores, sendo computado o coeficiente ainda que o total de eleitores seja inferior a 6.000, considerado o número efetivo apurado na respectiva comarca no momento da análise.
- c) Atribui-se 1 ponto a cada 100 km² de extensão territorial e 1 ponto a cada 1.000 habitantes, exigida, neste último item, população mínima de 20.000 habitantes como condição para que o coeficiente seja computado no cálculo do índice.
- d) Atribui-se 2 pontos por dezena de feitos judiciais, exigido movimento forense anual mínimo de 1.500 feitos judiciais, considerado o ano civil imediatamente anterior ao da classificação pretendida pela comarca interessada.
- e) O índice mínimo relativo à 4ª entrância corresponde a 300 pontos, mesmo valor exigido para a 3ª entrância, em razão da equiparação funcional entre as duas últimas categorias do sistema de organização judiciária catarinense.

14. Helena, servidora designada para elaborar estudo sobre a estrutura institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, precisa definir, com segurança, onde se localiza a sede do órgão, qual a extensão territorial de sua jurisdição e qual a espécie normativa responsável por fixar o número de desembargadores que compõem a Corte. Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense e é composto por desembargadores, em número definido por lei complementar, nos exatos termos do art. 3º do Regimento Interno.
- b) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense e é composto por desembargadores, em número definido por resolução do Tribunal Pleno aprovada por maioria absoluta dos seus membros.
- c) O Tribunal de Justiça tem sede em cidade designada por resolução do Órgão Especial, mantendo jurisdição em todo o território do Estado, sendo composto por desembargadores em número fixado em lei ordinária estadual de iniciativa da Corte.
- d) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, com jurisdição restrita à região metropolitana de Florianópolis, sendo composto por desembargadores em número definido pelo próprio Regimento Interno, mediante deliberação do Órgão Especial.
- e) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense, sendo o número de desembargadores fixado em lei ordinária estadual mediante proposta formulada pelo Presidente do Tribunal à Assembleia Legislativa.

- 15.** Matheus, assessor lotado na Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, recebeu determinação do Corregedor-Geral para elaborar ato de comunicação externa dirigido simultaneamente a doze cartórios extrajudiciais situados em comarcas distintas, tratando de providências operacionais a serem adotadas por todos os destinatários. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta quanto à espécie de ato a ser utilizada.
- a) Portaria, por se tratar de formalização de medida administrativa de alcance ampliado, dirigida simultaneamente a múltiplos cartórios extrajudiciais sob a supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
 - b) Circular, por se tratar de ato de divulgação de matéria normativa ou administrativa interna para conhecimento geral, inclusive quando dirigida a órgãos externos vinculados à supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça.
 - c) Ofício, por constituir ato de comunicação externa idôneo a transmitir determinações a terceiros, ainda que endereçado simultaneamente a mais de um destinatário, em razão da unidade do conteúdo veiculado na mensagem.
 - d) Ofício circular, por se tratar de ato de comunicação externa dirigido simultaneamente a mais de um destinatário, enquadrando-se na descrição expressa do inciso V do art. 2º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
 - e) Ordem de serviço, por veicular determinação acerca da maneira de conduzir os serviços cartorários extrajudiciais, transmitida simultaneamente a todos os cartórios destinatários da providência operacional adotada pela Corregedoria.
- 16.** Esse cenário, considerando as disposições dos arts. 15 e 16 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina sobre as modalidades de concretização da função correicional e sobre a realização das inspeções, assinale a alternativa correta.
- a) A função correicional concretiza-se exclusivamente por meio de inspeções, cabendo à Corregedoria-Geral da Justiça deliberar sobre a realização de correições e visitas técnicas apenas em caráter complementar e de forma discricionária.
 - b) A inspeção ordinária é designada a qualquer tempo, por deliberação do Corregedor-Geral da Justiça, independentemente de sua prévia inclusão no calendário anual publicado até 15 de fevereiro de cada ano pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
 - c) A inspeção periódica, denominada autoinspeção, é realizada no mês de fevereiro de cada ano, sob a coordenação direta do Corregedor-Geral da Justiça, dispensada a participação do magistrado responsável pela unidade judicial envolvida nos trabalhos.
 - d) A inspeção permanente é realizada de forma contínua e assídua pela Corregedoria-Geral da Justiça em relação a todos os serviços do Estado, bem como pelo magistrado, em relação à unidade judicial pela qual é responsável.
 - e) As inspeções ordinária e extraordinária serão realizadas preferencialmente de maneira presencial, destinando-se a modalidade virtual apenas às unidades indicadas pelo Corregedor-Geral da Justiça e/ou que demonstrem desempenho insuficiente nos indicadores de eficiência.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Rodrigo Bet*

- 17.** Acerca da Comissão de Ética e Conduta do Poder Judiciário de Santa Catarina, assinale a alternativa correta:
- a) É composta por 5 membros, eleitos por voto direto.
 - b) Os membros eleitos para mandato de 3 anos.
 - c) Em caso de empate na votação, a classificação favorece o candidato mais jovem.
 - d) Os membros não recebem remuneração adicional pelo exercício das funções no colegiado.
 - e) As decisões são tomadas por maioria simples dos membros presentes.
- 18.** Ricardo, servidor municipal, por evidente negligência, deixou de conferir a validade de um lote de medicamentos. Os insumos venceram, gerando um prejuízo de R\$ 80.000,00 ao erário. Com base na Lei n. 8429/92 atualizada, assinale a alternativa correta:
- a) Configura ato de improbidade por lesão ao erário (Art. 10), devido à perda patrimonial efetiva.
 - b) Ricardo deve responder por improbidade culposa, sujeito ao ressarcimento e à perda da função.
 - c) A omissão caracteriza improbidade contra os princípios da administração por violação do dever de zelo.
 - d) Ricardo não responderá por improbidade, pois a lei exige dolo específico, sendo atípica a modalidade culposa.
 - e) A responsabilidade é objetiva, bastando o nexo entre a negligência e o prejuízo para aplicar as sanções.

GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO*Elisabete Moreira*

- 19.** O Diretor de Planejamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina observa que sua equipe de analistas é composta por profissionais altamente experientes, com elevado grau de autonomia e que executam tarefas complexas e ambíguas. Buscando melhorar os resultados e motivar sua equipe, o Diretor decide adotar um estilo de liderança diretivo. Nesse caso, segundo a Teoria do Caminho-Meta (*Path-Goal Theory*) de Robert House, a postura do Diretor é considerada:
- a) Eficaz, pois tarefas ambíguas exigem uma liderança diretiva.
 - b) Ineficaz, pois o estilo diretivo é percebido como redundante e pode reduzir a satisfação.
 - c) Adequada, visto que profissionais experientes requerem um estilo de líder diretivo.
 - d) Eficaz para o estilo de liderança orientado para conquistas, que foca no estabelecimento de metas desafiadoras e no controle estrito dos processos.
 - e) Inapropriada, pois a teoria defende que, para tarefas complexas, o estilo possível é o de liderança liberal (*laissez-faire*), delegando a decisão ao grupo.
- 20.** Ao realizar um diagnóstico cultural, o diretor de RH do TJ-SC percebeu que, embora o discurso oficial da Presidência e os manuais de ética do órgão, expostos nos corredores, enfatizem a inovação e agilidade, os servidores mais antigos mantinham uma convicção inconsciente de que qualquer mudança seria perigosa e o cumprimento das regras e normas era o único caminho para o atendimento da legalidade. Segundo a classificação de Edgar Schein, o cenário descrito demonstra um conflito entre os seguintes níveis da cultura:
- a) Artefatos e Valores Compartilhados.
 - b) Valores Compartilhados e Pressuposições Básicas.
 - c) Artefatos e Valores Compartilhados.
 - d) Clima Organizacional e Cultura Dominante.
 - e) Subculturas e Contraculturas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Emannuelle Gouveia

21. No Windows 10 ou 11, o Explorador de Arquivos permite ao usuário organizar arquivos e pastas. Ao utilizar o recurso “Mover para”, o sistema realiza:

- a) A criação de uma cópia do arquivo na pasta de destino, mantendo o original na pasta de origem.
- b) A exclusão permanente do arquivo selecionado, sem possibilidade de recuperação.
- c) A transferência do arquivo para outra pasta, removendo-o da localização original.
- d) A compactação automática do arquivo antes de enviá-lo para o destino.
- e) A conversão do arquivo para outro formato compatível com a pasta de destino.

22. Em redes de computadores, o protocolo HTTP é utilizado para:

- a) Transferir arquivos entre computadores por meio de conexão segura com criptografia nativa obrigatória.
- b) Traduzir nomes de domínio em endereços IP para localização de servidores.
- c) Estabelecer comunicação entre páginas web e navegadores por meio de requisições e respostas.
- d) Controlar o envio de e-mails entre servidores de correio eletrônico.
- e) Gerenciar automaticamente o endereçamento físico (MAC) dos dispositivos na rede.

23. Em segurança da informação, uma boa prática para proteção de contas de usuários em sistemas corporativos é:

- a) Utilizar a mesma senha em diferentes sistemas para facilitar o acesso.
- b) Compartilhar credenciais com colegas de equipe em caso de ausência.
- c) Desativar atualizações automáticas para evitar mudanças inesperadas no sistema.

d) Anotar senhas em arquivos de texto não protegidos para fácil consulta.

e) Ativar autenticação multifator (MFA) para adicionar uma camada extra de verificação.

24. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o titular dos dados pessoais possui direitos em relação ao tratamento de suas informações. Nesse contexto, é um direito assegurado ao titular:

- a) Solicitar a exclusão de dados pessoais mesmo quando houver obrigação legal de mantê-los.
- b) Exigir o tratamento de dados pessoais sem qualquer finalidade específica definida.
- c) Impedir o controlador de adotar medidas de segurança sobre os dados armazenados.
- d) Solicitar a confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais.
- e) Negar livremente o compartilhamento de seus dados entre quaisquer organizações.

25. No Microsoft Word, ao aplicar uma quebra de página manual em um documento, o efeito dessa ação é:

- a) Dividir o texto em colunas automaticamente, ajustando o layout da página.
- b) Forçar o conteúdo seguinte a iniciar na próxima página, independentemente do espaço restante.
- c) Inserir uma nova seção com configurações independentes de formatação.
- d) Excluir todo o conteúdo após o ponto onde a quebra foi inserida.
- e) Ajustar automaticamente as margens do documento para caber mais texto na mesma página.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA*Géssica Ehle*

26. Um professor de Direitos Humanos, ao preparar seu material didático, decide elaborar uma questão sobre a hierarquia das normas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro após a EC 45/2004. Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o ingresso de tratados internacionais de direitos humanos no direito interno brasileiro:

- a) Confere-lhes, de forma automática, natureza de norma supraconstitucional, desde que ratificados pelo Presidente da República.
- b) Atribui-lhes equivalência de emenda constitucional, caso sejam aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Garante-lhes invariavelmente o status de lei ordinária, uma vez que a Constituição Federal não admite normas internacionais com força de norma constitucional.
- d) Ocorre por meio de processo monofásico, sendo a assinatura do Chefe do Executivo suficiente para a vinculação definitiva do Estado brasileiro.
- e) Resulta em natureza supralegal, independentemente do quórum de aprovação, por se tratar de matéria de direitos humanos.

27. A doutrina clássica e contemporânea dos Direitos Humanos estabelece características fundamentais que orientam sua aplicação. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação tecnicamente incorreta:

- a) A indivisibilidade dos direitos humanos pressupõe a inexistência de hierarquia entre direitos civis, políticos, sociais ou culturais, formando um conjunto unitário.
- b) A característica da inalienabilidade impede a transmissão ou a atribuição de valor econômico-comercial aos direitos humanos.

c) A universalidade estabelece que o sujeito de direitos é a pessoa humana em sua essência, independentemente de particularidades culturais ou geográficas.

d) A imprescritibilidade determina que o exercício dos direitos humanos deve ocorrer em prazo determinado por lei, sob pena de perda da pretensão punitiva.

e) O princípio da complementaridade orienta que os tratados e normas devem ser interpretados de forma conjunta para maximizar a proteção da dignidade humana.

28. Analise as proposições abaixo acerca da proteção jurídica conferida à população LGBTQIAPN+ no Brasil:

- I. O direito à alteração do nome social e do gênero no registro civil é garantido mediante procedimento administrativo, dispensando-se a comprovação de cirurgia de transgenitalização ou laudos psicológicos.
- II. O ordenamento jurídico brasileiro, por meio de entendimento vinculante dos tribunais superiores, reconhece o casamento civil e a união estável homoafetiva, sendo assegurado o direito à adoção por esses casais.
- III. A homotransfobia é tipificada como crime de racismo, de forma residual, até que sobrevenha legislação específica do Congresso Nacional sobre a matéria.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

29. No sistema jurídico brasileiro, apenas determinados tratados internacionais de direitos humanos possuem status equivalente ao de Emenda Constitucional. Assinale a opção que contém exemplos que preenchem esse requisito:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Convenção Interamericana contra o Racismo.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Tratado de Marraqueche.
- d) Convenção contra a Tortura e outros Tratados de Direitos Humanos assinados antes de 2004.
- e) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e Declaração Universal de 1948.

30. No que concerne às políticas judiciárias de inclusão e ao papel do Poder Judiciário na promoção dos direitos fundamentais, o acesso à justiça é compreendido não apenas como o ingresso em juízo, mas como a garantia de uma ordem jurídica justa. Sobre a gratuidade de justiça e a assistência jurídica integral e gratuita, assinale a opção correta à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita apenas aos cidadãos brasileiros que comprovarem insuficiência de recursos, excluindo-se os estrangeiros não residentes, em razão do princípio da soberania nacional.
- b) A concessão do benefício da justiça gratuita a pessoas jurídicas com fins lucrativos é automática, bastando a simples declaração de insuficiência de recursos firmada pelo representante legal.
- c) O direito ao acesso à justiça é um direito fundamental de eficácia plena, o que impede o legislador de estabelecer requisitos processuais, como o esgotamento da via administrativa, antes do ingresso no Poder Judiciário.
- d) A assistência jurídica integral e gratuita, prevista no Art. 5º, LXXIV da CF, é um dever do Estado que abrange não apenas a isenção de taxas judiciárias, mas também a prestação de orientação jurídica e a defesa em todos os graus, preferencialmente pela Defensoria Pública.
- e) A gratuidade de justiça, por ser um instrumento de equalização social, impede que o magistrado condene o beneficiário ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais, sendo vedada a cobrança dessas verbas mesmo que o réu deixe de ser hipossuficiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

31. O Estado Alfa editou lei ordinária estabelecendo requisitos para a concessão de determinado benefício previdenciário. A lei foi aprovada regularmente pelo Poder Legislativo estadual e sancionada pelo Governador. Contudo, a Constituição Federal exige lei complementar para tratar da matéria.

Um cidadão prejudicado ingressou com ação judicial, alegando a invalidade da norma. O juiz, ao analisar o caso, reconheceu que o conteúdo da lei era compatível com a Constituição, mas entendeu que houve vício no processo legislativo.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A lei é constitucional, pois o conteúdo material está de acordo com a Constituição, sendo irrelevante o vício formal.
- b) A lei é formalmente inconstitucional, em razão da inadequação da espécie normativa utilizada.
- c) A lei é materialmente inconstitucional, pois toda violação à Constituição decorre do conteúdo da norma.
- d) A lei é válida até que seja declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, único órgão competente para o controle.
- e) A lei deve ser considerada inexistente, não produzindo qualquer efeito jurídico desde a sua edição.

32. De acordo com a classificação de José Afonso da Silva sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, as normas de eficácia limitada são aquelas que dependem de uma normatividade ulterior para desenvolverem sua aplicabilidade plenamente. Sobre essa categoria de normas, assinale a alternativa correta

- a) as normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade direta e imediata, mas o seu sentido é incompleto e depende de lei infraconstitucional para que a sua execução seja plenamente garantida pelo Estado.
- b) as normas programáticas criam direitos subjetivos positivos para o indivíduo, permitindo que o Poder Judiciário obrigue o Estado a realizar obras e programas sociais de forma imediata e absoluta.
- c) as normas de princípio institutivo traçam esquemas de estruturação de órgãos, enquanto as programáticas estabelecem políticas públicas e geram, de imediato, um direito subjetivo de caráter negativo.
- d) as normas de eficácia limitada são divididas em princípios institutivos e programáticos, sendo que apenas as primeiras podem servir como paradigma para o exercício do controle de constitucionalidade.
- e) as normas de princípio programático são voltadas exclusivamente ao indivíduo e determinam obrigações de meio, de modo que o legislador ordinário possui total discricionariedade sobre a sua eficácia.

33. O Estado Beta, por meio de emenda à sua Constituição estadual, passou a prever que o chefe do Poder Executivo estadual seria escolhido por um conselho formado por representantes de grandes grupos econômicos locais, sem participação direta da população.

A justificativa apresentada foi a busca por maior eficiência administrativa e estabilidade política, afastando a influência de disputas eleitorais.

Diante desse cenário, um partido político ajuizou ação questionando a validade da norma, sob o argumento de violação a princípios estruturantes da Constituição Federal.

Assinale a alternativa correta

- a) A norma é constitucional, pois os estados possuem autonomia política.
- b) A norma é constitucional, desde que preserve os fundamentos da República.
- c) A norma é inconstitucional, pois viola o princípio republicano.
- d) A norma é inconstitucional, pois a república é cláusula pétrea expressa.
- e) A norma é constitucional, pois a escolha indireta é admitida em caráter excepcional no federalismo brasileiro.

34. O princípio da igualdade, pilar do Estado Democrático de Direito, manifesta-se por meio de dimensões distintas que orientam a atuação do Poder Público e protegem o cidadão. No que tange às dimensões objetiva e subjetiva da igualdade, bem como à disciplina das ações afirmativas, assinale a alternativa correta

- a) A dimensão subjetiva da igualdade abrange tanto o direito de defesa contra igualizações arbitrárias quanto o direito de exigir políticas que minimizem desigualdades.
- b) As ações afirmativas são políticas públicas de natureza permanente destinadas a reduzir as desigualdades sociais e regionais independentemente de prazos de vigência.

c) A dimensão subjetiva da igualdade impõe ao Poder Público o dever de adotar medidas de caráter social e regional para amparar todos os que estiverem em desigualdade.

d) A discriminação reversa é o fundamento jurídico que autoriza o Poder Público a conceder vantagens compensatórias sem a necessidade de fixação de prazos temporários.

e) A igualdade objetiva consiste no direito subjetivo de grupos étnicos e sociais de exigir do Estado a implementação de quotas em universidades e concursos públicos.

35. O Estado membro Alfa editou uma lei estadual vinculando o reajuste automática do piso salarial de certas categorias profissionais à variação anual do salário mínimo nacional. Paralelamente, em uma ação judicial de alimentos, um magistrado fixou a prestação alimentícia utilizando o salário mínimo como base de cálculo. Diante desse cenário e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta

- a) a lei de Alfa é constitucional, pois a competência sobre salário-mínimo é concorrente entre os entes, permitindo que os Estados legislem sobre a indexação de seus pisos regionais.
- b) a lei de Alfa é inconstitucional, uma vez que o Supremo Tribunal Federal veda a indexação de piso salarial ao salário mínimo, independentemente de a medida visar melhores condições.
- c) a fixação de alimentos é inconstitucional, pois o salário mínimo não pode ser usado como base de cálculo de vantagem para empregados ou servidores, nos termos da Súmula Vinculante 4.
- d) a fixação de alimentos é inconstitucional, visto que a vedação de utilização do salário mínimo como indexador é absoluta, não comportando flexibilização nem mesmo para a subsistência.
- e) a lei de Alfa é constitucional, desde que o valor fixado para o piso salarial regional seja sempre superior ao salário mínimo nacional, respeitando a regra da remuneração variável.

36. Marina, brasileira nata, adquiriu voluntariamente a nacionalidade portuguesa e, anos depois, formulou pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade competente.

Paralelamente, Roberto, brasileiro naturalizado, teve sua naturalização cancelada por sentença judicial transitada em julgado, em razão de fraude no procedimento de naturalização. Após alguns anos, pretende readquirir a nacionalidade brasileira.

Considerando o regime constitucional da perda e reaquisição da nacionalidade, assinale a alternativa correta

- a) A perda da nacionalidade de Marina depende de decisão judicial, em razão da indisponibilidade do status civitatis.
- b) A perda da nacionalidade de Roberto possui natureza administrativa, podendo ser declarada pela autoridade competente.
- c) A reaquisição da nacionalidade por Marina depende de novo procedimento de naturalização.
- d) A perda da nacionalidade de Roberto produz efeitos retroativos à data da naturalização.
- e) A reaquisição da nacionalidade por Roberto exige decisão judicial, não sendo suficiente novo processo administrativo.

37. O Distrito Federal instituiu um programa de inspeção e manutenção de veículos em uso para controlar a emissão de gases poluentes, fundamentando sua atuação na necessidade de proteção ambiental. Paralelamente, um cidadão ingressou com ação judicial contra o Município "Y", isoladamente, pleiteando o fornecimento de medicação de alto custo. Diante das competências comuns previstas na CF/1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta

- a) a lei distrital que institui a inspeção veicular é inconstitucional, pois a competência para legislar sobre trânsito e transporte pertence privativamente à União, conforme o texto da CF/1988.
- b) a lei distrital é constitucional, uma vez que o DF agiu no exercício de seu dever-poder de proteção ao meio ambiente e combate à poluição, matéria de competência comum de todos os entes.
- c) a ação judicial contra o Município é improcedente em face da ilegitimidade passiva, pois demandas de saúde devem obrigatoriamente incluir a União e o Estado no polo passivo de forma conjunta.
- d) a competência comum confere apenas poder de atuação administrativa imediata, sendo vedado aos Estados e Municípios legislar sobre tais matérias, sob pena de anular a competência material da União.
- e) as competências comuns elencadas no art. 23 da CF/1988 constituem rol taxativo, o que impede a inclusão de outras atividades, como o fomento ao turismo, no regime de gestão paralela e cumulativa.

38. No Estado Alfa, a Constituição estadual passou a prever que as competências originárias e recursais do Tribunal de Justiça seriam detalhadas por lei complementar estadual. Em seguida, foi editada a Lei Complementar nº 45/2026, de iniciativa do governador, redefinindo a competência do Tribunal de Justiça para processar determinadas autoridades locais, além de promover ampla reestruturação da organização judiciária estadual. A norma foi questionada em controle concentrado, sob o argumento de que tanto a definição das atribuições do Tribunal quanto a iniciativa legislativa sobre organização judiciária teriam sido disciplinadas em desconformidade com a CF/1988 e com a jurisprudência do STF. À luz desse quadro, assinale a alternativa correta.

- a) A lei é constitucional, pois a Constituição estadual pode remeter ao legislador complementar a definição das competências do Tribunal de Justiça, desde que preserve o núcleo mínimo da jurisdição estadual.
- b) A lei é constitucional, pois a organização judiciária estadual se insere na autonomia político-administrativa do Estado, permitindo inclusive iniciativa legislativa do governador, quando houver impacto orçamentário.
- c) A lei é inconstitucional, porque a definição das atribuições do Tribunal de Justiça deve constar da própria Constituição estadual, e a iniciativa para lei de organização judiciária não pode ser atribuída ao governador.
- d) A lei é parcialmente constitucional, pois a iniciativa do governador é válida para organização judiciária, mas a definição da competência jurisdicional do Tribunal de Justiça depende de proposta do próprio tribunal.
- e) A lei é constitucional quanto à organização judiciária, mas inconstitucional apenas no ponto em que ampliou a competência originária do Tribunal de Justiça sem autorização expressa da Constituição Federal.

39. Durante a execução de programas federais e estaduais de infraestrutura, surgiram indícios de graves irregularidades na contratação de empresas e no direcionamento de verbas públicas. Em razão dos fatos, foram propostas medidas distintas contra o Presidente da República, um governador e um prefeito, todos no exercício de seus mandatos. A controvérsia concentrou-se na definição do regime jurídico de responsabilização aplicável a cada um deles, especialmente quanto à possibilidade de cumulação entre ação de improbidade administrativa e responsabilização por crime de responsabilidade. Considerando a CF/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) O Presidente da República, o governador e o prefeito submetem-se exclusivamente ao regime dos crimes de responsabilidade, sendo incabível ação de improbidade administrativa contra qualquer deles durante o mandato.
- b) O Presidente da República submete-se à ação de improbidade administrativa, mas governador e prefeito respondem apenas por crime de responsabilidade, em razão da natureza política dos cargos que ocupam.
- c) O Presidente da República responde por crime comum e por improbidade administrativa, mas não por crime de responsabilidade, ao passo que governador e prefeito se submetem apenas ao regime político-administrativo.
- d) O Presidente da República e os demais agentes políticos submetem-se a regime sancionatório único, de natureza político-administrativa, o que exclui a incidência da Lei de Improbidade Administrativa.
- e) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à responsabilização civil por improbidade administrativa, sujeitando-se a regime próprio de responsabilização político-administrativa, ao passo que governadores e prefeitos podem responder tanto por improbidade quanto por crime de responsabilidade.

40. No Estado Alfa, a Defensoria Pública elaborou sua proposta orçamentária dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias e a encaminhou tempestivamente ao Chefe do Executivo. Paralelamente, em ação civil pública, o Judiciário determinou a lotação imediata de defensor público em determinada comarca, embora a instituição já tivesse definido critérios próprios de distribuição de pessoal com base na demanda efetiva, na população local e na prioridade de atendimento a regiões de maior exclusão social. À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.
- a) O Chefe do Executivo pode livremente reduzir a proposta orçamentária da Defensoria, ainda que esteja dentro dos limites legais, e o Judiciário pode fixar a lotação de defensores segundo critérios próprios de conveniência.
 - b) A Defensoria Pública possui autonomia funcional e administrativa, além de iniciativa de sua proposta orçamentária nos limites da LDO, sendo inconstitucional a imposição judicial de lotação em desacordo com critérios institucionais legítimos já fixados pela própria Defensoria.
 - c) A autonomia da Defensoria limita-se à atuação processual, não alcançando matéria orçamentária nem a definição interna de lotação de defensores nas comarcas.
 - d) O Chefe do Executivo somente está vinculado à proposta orçamentária da Defensoria quando houver prévia aprovação do Poder Judiciário, podendo o Judiciário redefinir a distribuição de defensores por razões de eficiência administrativa.
 - e) A proposta orçamentária da Defensoria depende de autorização prévia do governador para ser encaminhada, e a definição da lotação de defensores pode ser substituída por decisão judicial sempre que houver comarca sem atendimento permanente.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

41. De acordo com as disposições gerais da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, a configuração do ato de improbidade administrativa exige:
- a) a comprovação de ato culposo, quando este for decorrente de negligência grave ou imperícia técnica no desempenho de competências públicas.
 - b) a mera voluntariedade do agente público na prática da conduta descrita nos tipos legais, independentemente da consciência quanto à ilicitude do resultado.
 - c) a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei, não bastando a simples voluntariedade do agente.
 - d) a demonstração de dolo ou de culpa grave, nos casos de atos que gerem prejuízo ao erário, em observância ao princípio da proteção ao patrimônio público.
 - e) a imprudência, uma vez que a ausência de cuidado pode caracterizar dano ao erário.

42. Durante a cobertura jornalística de uma manifestação em que ocorriam conflitos entre policiais e manifestantes, um fotógrafo de um grande jornal foi atingido por um projétil de borracha disparado por agentes de segurança pública, o que lhe causou danos físicos, estéticos e morais. Antes do incidente, a autoridade policial no local havia emitido uma advertência ostensiva e clara a todos os profissionais de imprensa sobre o acesso a determinadas áreas delimitadas, indicando a existência de grave risco à integridade física. O fotógrafo, no entanto, optou por ignorar o aviso e ingressar na zona de risco para obter imagens exclusivas, resultando no ferimento mencionado. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta:

- a) O Estado está isento de responsabilidade civil em operações de segurança pública caso a perícia seja inconclusiva sobre a origem do disparo, uma vez que a incerteza técnica é suficiente para afastar o nexo de causalidade, por ausência de comprovação de conduta estatal.
- b) É vedada a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral em demandas que envolvam a responsabilidade civil do Estado.
- c) A responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de operações de segurança pública fundamenta-se na teoria do risco administrativo, sendo ônus probatório da vítima demonstrar a inexistência de excludentes de responsabilidade.
- d) Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima nas ações de indenização envolvendo profissionais de imprensa, quando este descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.
- e) A responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística em manifestações é subjetiva, exigindo a comprovação de negligência ou imperícia na condução da operação.

43. O Diretor-Geral do Tribunal de Justiça de Santa Catarina editou uma portaria autorizando o regime de teletrabalho para um grupo de servidores de uma secretaria específica. Seis meses após a implementação, uma auditoria interna constatou que, de acordo com as normas de organização do Tribunal, a competência para autorizar o teletrabalho para aquele grupo era da Presidência do TJ-SC, não havendo, contudo, previsão de que tal atribuição fosse exclusiva. Verificou-se que o ato não gerou qualquer prejuízo a terceiros e que a manutenção do regime era favorável ao interesse público. Diante da irregularidade detectada, a administração avalia as medidas cabíveis. Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta:

- a) O ato administrativo padece de um vício de competência insanável, devendo ser obrigatoriamente anulado com efeitos retroativos, uma vez que a hierarquia administrativa impede a correção de atos praticados por autoridade diversa daquela prevista na norma.
- b) Por se tratar de um vício de competência, o Poder Judiciário, no exercício de sua função jurisdicional e provocado por qualquer interessado, poderá convalidar o referido ato para garantir a segurança jurídica dos servidores.
- c) A autoridade administrativa competente poderá realizar a convalidação do ato, medida que possui efeitos retroativos (*ex tunc*), corrigindo o vício desde a sua origem e mantendo os efeitos já produzidos pelo ato no mundo jurídico.
- d) O vício de forma é sempre considerado um defeito insanável quando a forma é prevista em lei, o que impede qualquer tentativa de saneamento ou aproveitamento do ato.
- e) A convalidação de atos administrativos é um instituto restrito aos atos vinculados, sendo vedada a sua aplicação a atos discricionários, uma vez que a correção do vício implicaria indevida interferência no mérito administrativo.

44. Pedro é um servidor público aposentado pelo Regime Próprio de Previdência Social no cargo de Analista Judiciário de um Tribunal de Justiça. Recentemente, em razão de sua experiência técnica, ele foi convidado pelo Governador do Estado para assumir o cargo de Secretário de Estado, que é um cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Acerca dessa situação hipotética e considerando as disposições doutrinárias e constitucionais sobre agentes públicos, assinale a opção correta:

- a) A Constituição Federal estabelece proibição absoluta à percepção simultânea de proventos de aposentadoria do regime próprio com qualquer outra forma de remuneração pública, visando a evitar o acúmulo de rendimentos.
- b) Pedro somente poderá assumir o cargo em comissão se renunciar formalmente aos proventos de sua aposentadoria como Analista Judiciário, uma vez que a lei veda a acumulação de duas fontes de renda oriundas dos cofres públicos.
- c) Por se tratar de um servidor aposentado de um Tribunal de Justiça, Pedro está impedido de ocupar cargos no Poder Executivo, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.
- d) Pedro poderá acumular os proventos de sua aposentadoria com a remuneração do cargo de Secretário de Estado, pois o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração constitui exceção constitucional à vedação de percepção simultânea de proventos e remuneração.
- e) A vedação de percepção simultânea de proventos com remuneração de cargo público aplica-se exclusivamente aos servidores que se aposentaram pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

45. O Estado de Santa Catarina editou um decreto de utilidade pública visando a desapropriar um terreno particular para a construção de uma creche municipal. Após a imissão na posse e o pagamento da justa indenização, a Secretaria de Educação verificou que a região já estava suprida de vagas escolares, mas carecia urgentemente de uma unidade de pronto atendimento (hospital). Diante disso, o Governador alterou a destinação do imóvel para a construção do referido hospital público. O antigo proprietário, inconformado, ajuizou ação alegando que o desvio da finalidade original do decreto ensejaria a nulidade do ato e o seu direito de reaver o bem. Acerca da intervenção estatal na propriedade privada, assinale a opção correta:

- a) A alteração da finalidade do bem desapropriado de creche para hospital público configura tredestinação ilícita, o que gera a nulidade do ato administrativo e obriga o Estado a devolver o imóvel ao antigo proprietário pelo instituto da retrocessão.
- b) A situação descrita caracteriza tredestinação lícita, uma vez que o Poder Público manteve a destinação do bem para uma finalidade pública, ainda que diversa da inicialmente prevista no decreto de utilidade pública.
- c) Ocorreu, no caso em tela, a desapropriação indireta, uma vez que o Estado alterou o projeto original sem realizar um novo processo expropriatório, o que confere ao proprietário o direito a uma indenização complementar por perdas e danos.
- d) A mudança de destinação do imóvel expropriado, mesmo que para outro fim público, configura desvio de poder por vício de finalidade, tornando o ato nulo de pleno direito nos termos da legislação administrativa vigente.
- e) O proprietário tem direito à retrocessão imediata sempre que o Estado não der ao bem a destinação específica prevista no ato declaratório de utilidade pública, independentemente de o imóvel ser utilizado para outra finalidade de interesse geral.

- 46.** No tocante ao regime jurídico dos serviços públicos e às normas constitucionais e legais que disciplinam a sua prestação e delegação, assinale a opção correta:
- a) Na delegação de um serviço público, a relação jurídica estabelecida entre o concessionário e a Administração concedente é regida predominantemente pelas normas de direito privado, em virtude da natureza empresarial do particular delegado.
 - b) Nos contratos de concessão de serviço público, vigora a regra da unicidade da tarifa, sendo vedado pela legislação o estabelecimento de preços diferenciados em função dos custos específicos do atendimento.
 - c) É considerada inconstitucional a norma que prevê a remuneração de serviços públicos de coleta, remoção e tratamento de lixo ou resíduos provenientes de imóveis mediante a instituição de taxa.
 - d) De acordo com a sistemática constitucional, a execução direta abrange os serviços prestados tanto pela Administração Pública direta quanto pela Administração Pública indireta, incluindo autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.
 - e) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais em razão de inadimplemento do usuário por débitos pretéritos, uma vez que a continuidade pressupõe a regularidade dos pagamentos históricos.
- 47.** Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta:
- a) O controle judicial é um controle de legalidade e legitimidade e, portanto, não pode adentrar no mérito administrativo.
 - b) O controle administrativo, por ser um exercício de autotutela, restringe-se à análise da conformidade do ato com as normas legais, sendo vedada a reavaliação do mérito.
 - c) O controle político, também chamado de controle parlamentar direto, é aquele exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas na sua função de auxílio ao Poder Legislativo.
 - d) A relação entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo, no exercício da competência de controle da administração, implica uma relação de subordinação técnica e hierárquica.
 - e) O Poder Judiciário está impedido de avaliar a moralidade de atos administrativos discricionários, limitando a sua atuação à verificação da competência do agente.
- 48.** Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:
- a) possua amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.
 - b) tenha participado como perito ou testemunha, ou se tais situações ocorrem quanto a parente e afins até o quarto grau.
 - c) tenha interesse meramente acadêmico ou doutrinário na matéria tratada no processo administrativo.
 - d) formule alegações e apresente documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
 - e) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

49. Uma empresa de engenharia celebrou contrato administrativo com o Tribunal de Justiça para a prestação de serviços de manutenção predial com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. No curso da execução contratual, a empresa deixou de adimplir obrigações trabalhistas referentes aos seus empregados alocados na prestação do serviço. Diante da inadimplência, os trabalhadores acionaram a justiça pleiteando o pagamento das verbas pelo ente público. Com base nas previsões da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas transfere automaticamente para a Administração Pública a responsabilidade pelo seu pagamento, independentemente da verificação de falha na fiscalização.
- b) Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da contratada.
- c) A responsabilidade da Administração Pública pelos encargos previdenciários é sempre subsidiária, seguindo a mesma sistemática aplicada aos encargos trabalhistas em qualquer modalidade de contrato administrativo.
- d) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, e sua inadimplência transfere a responsabilidade para a Administração quanto aos encargos comerciais.
- e) A comprovação de falha na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais pela Administração Pública gera, em todos os tipos de contrato, a responsabilidade solidária entre o ente público e a empresa contratada.

50. O Poder Judiciário necessita realizar a contratação de um serviço técnico especializado para a restauração de obras de arte históricas pertencentes ao acervo do Tribunal. Após levantamento de mercado, verificou-se que o serviço possui natureza predominantemente intelectual e que a empresa pretendida goza de notória especialização no ramo, sendo o seu trabalho considerado essencial e indiscutivelmente o mais adequado para o caso. Nos termos da Lei 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) A contratação mencionada deve ser realizada mediante licitação na modalidade concurso, uma vez que a restauração de obras de arte não se enquadra nas hipóteses de contratação direta previstas na legislação.
- b) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, sendo vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
- c) Considera-se de notória especialização a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, sendo este um requisito para os casos de dispensa de licitação.
- d) Nas contratações diretas por inexigibilidade baseadas em notória especialização, a Administração está dispensada de instruir o processo com a justificativa de preço, visto que o serviço é singular.
- e) A contratação de profissionais de qualquer setor artístico, desde que consagrados pela crítica especialista ou pela opinião pública, é hipótese de licitação dispensável, visando a garantir a discricionariedade do administrador.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

51. Helena, viúva e proprietária de um único apartamento, foi informada de que sua filha precisaria passar por cirurgia urgente e de alto custo em hospital particular. Sabendo da situação, Mauro, corretor conhecido da família, ofereceu-se para comprar o imóvel imediatamente por valor muito inferior ao de mercado, afirmando que aquela seria a única forma de Helena conseguir levantar recursos a tempo. Diante da urgência, ela assinou o contrato. Algumas semanas depois, já superada a emergência médica, Helena procurou advogado para questionar a validade do negócio.

Assinale a alternativa correta.

- a) O negócio é nulo, pois a urgência pessoal da vendedora elimina a liberdade contratual e impede a formação válida da vontade.
- b) O caso caracteriza coação moral, porque a pressão econômica do comprador equivale, por si só, à ameaça injusta capaz de anular o negócio.
- c) O caso caracteriza estado de perigo, pois Helena assumiu obrigação excessivamente onerosa para evitar grave dano conhecido pela outra parte.
- d) O negócio é plenamente válido, pois a desproporção econômica, isoladamente, não autoriza revisão ou invalidação em contrato de compra e venda.
- e) O caso caracteriza lesão, pois Helena, diante de premente necessidade, assumiu prestação manifestamente desproporcional ao valor da contraprestação.

52. A sociedade empresária Serra Azul Ltda. deixou de pagar dívida contratual assumida perante uma fornecedora. No curso da execução, verificou-se que o sócio administrador utilizava reiteradamente a conta da sociedade para quitar despesas pessoais, como mensalidades escolares dos filhos, viagens particulares e serviços domésticos, além de ter transferido um veículo da empresa para parente próximo sem contraprestação. Diante desse cenário, a credora requereu a extensão da execução ao patrimônio pessoal do sócio.

Assinale a alternativa correta.

- a) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser admitida, desde que fique demonstrado abuso da personalidade, revelado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- b) A simples inexistência de bens penhoráveis em nome da sociedade já autoriza, por si só, a responsabilização direta do sócio administrador.
- c) A personalidade jurídica da sociedade impede, em qualquer hipótese, que a execução alcance bens particulares do sócio por dívida contratual da empresa.
- d) A responsabilização pessoal do sócio depende apenas da prova de que ele exercia a administração da sociedade no momento do inadimplemento.
- e) A transferência de bens sociais a parentes do sócio é irrelevante para o exame do pedido, pois atos de liberalidade não interferem na autonomia patrimonial.

53. Beatriz, com 72 anos de idade, e Marcelo, com 67, decidiram se casar após alguns anos de convivência. Ambos possuem patrimônio próprio e, antes da celebração, lavraram escritura pública na qual manifestaram, de modo expresso, a vontade de adotar regime patrimonial diverso da separação legal. Ao apresentarem a documentação no procedimento de habilitação, surgiu dúvida sobre a validade dessa escolha.

Assinale a alternativa correta.

- a) A idade superior a 70 anos impede qualquer convenção patrimonial prévia, de modo que a escritura pública é juridicamente ineficaz em qualquer hipótese.
- b) A adoção de regime diverso somente seria possível se o casal comprovasse judicialmente a inexistência de herdeiros necessários e de risco patrimonial recíproco.
- c) A manifestação de vontade dos nubentes só produziria efeitos se formulada após o casamento, em pedido judicial de alteração motivada do regime de bens.
- d) A imposição legal da separação de bens pode ser afastada, no caso, por manifestação expressa de vontade dos nubentes em escritura pública.
- e) A escritura pública apenas autoriza a comunicação dos bens adquiridos onerosamente na constância do casamento, mantendo-se os demais efeitos da separação obrigatória.

54. João adquiriu de Marina um apartamento em condomínio edilício e providenciou o registro da transferência. Algum tempo depois, o condomínio ajuizou cobrança em face de João, exigindo cotas condominiais vencidas antes da compra, bem como honorários de sucumbência fixados em ação anterior proposta apenas contra a antiga proprietária. Inconformado, João alegou que não poderia responder por obrigações constituídas antes da aquisição do imóvel.

Assinale a alternativa correta.

- a) João não responde por nenhuma das parcelas cobradas, pois obrigações anteriores à compra permanecem exclusivamente vinculadas ao antigo proprietário.
- b) João responde pelas cotas condominiais anteriores à aquisição, mas não pelos honorários sucumbenciais decorrentes da ação de cobrança ajuizada contra a antiga proprietária.
- c) João responde apenas pelas cotas vencidas após o registro da aquisição, pois a natureza ambulatoria da dívida condominial não alcança períodos anteriores.
- d) João responde pelas cotas pretéritas e também pelos honorários sucumbenciais, pois ambas as verbas aderem automaticamente ao imóvel.
- e) João só responderia por cotas anteriores se houvesse cláusula expressa no contrato de compra e venda transferindo integralmente a dívida ao adquirente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Géssica Ehle

55. O grupo empresarial T&T suplementos veiculou publicidade abusiva voltada às pessoas idosas que já apresentem algum nível de dependência em razão de sua condição. Durante o comercial, associava a compra de um suplemento ao reganho de densidade corporal, prometendo rejuvenescer 30 anos ou mais.

Dona Joana não chegou a adquirir o produto, contudo assistiu ao comercial inúmeras vezes. Nesse sentido, dona Joana:

- a) não pode ser considerada consumidora pois sequer adquiriu o produto
- b) não é consumidora pois não comprou o produto e o consumiu como destinatária final
- c) é consumidora *standard* ou *stricto sensu*
- d) é consumidora equiparada potencial
- e) é consumidora equiparada em sentido coletivo

56. João, servidor técnico-judiciário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ao atuar em um mutirão de conciliação promovido pelo tribunal, observa que muitas demandas envolvem o desconhecimento dos consumidores sobre seus direitos fundamentais. À luz do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), especificamente sobre a Política Nacional de Relações de Consumo e os Direitos Básicos do Consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, estabelecendo que, em caso de dúvida, deve-se priorizar a proteção da livre iniciativa e do desenvolvimento econômico sobre a dignidade da pessoa humana.
- b) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a favor do consumidor, no processo civil, sendo tal inversão obrigatória e automática em toda e qualquer relação de consumo.
- c) O Código de Defesa do Consumidor admite que os direitos previstos na lei excluam outros direitos decorrentes de tratados internacionais de que o Brasil seja signatário, visando manter a soberania da legislação nacional.
- d) Entre os princípios da Política Nacional de Relações de Consumo, destaca-se a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e a compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico.
- e) A educação e informação de fornecedores e consumidores quanto aos seus direitos e deveres é uma faculdade das associações de classe, não figurando como princípio ou objetivo da Política Nacional de Relações de Consumo.

57. No exercício de suas funções no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, um servidor se depara com uma ação civil pública que questiona as estratégias de marketing de uma grande rede de varejo. Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor sobre práticas comerciais, oferta e publicidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.
- b) O fornecedor de produtos ou serviços é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos, o que reforça o dever de cuidado com as informações prestadas na fase de oferta.
- c) A publicidade é considerada enganosa quando é capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
- d) Em caso de oferta de produtos por telefone ou reembolso postal, sua publicidade é garantida para que o fornecedor possa explicar o que compete ao seu produto, ainda que a chamada gere cobrança ao consumidor.
- e) É abusiva, dentre outras, a publicidade que seja discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, aproveite-se da deficiência de julgamento e experiência da criança, ou despreze valores ambientais.

58. Considerando as normas de proteção e defesa do consumidor relativas às cláusulas abusivas e aos contratos de adesão, analise os itens a seguir:

- I. São nulas de pleno direito as cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos, sendo vedada, inclusive nas relações de consumo entre fornecedores e consumidores pessoas jurídicas, qualquer forma de limitação de indenização.
- II. É nula de pleno direito a cláusula contratual que determine a utilização compulsória de arbitragem ou que condicione, de qualquer forma, o acesso aos órgãos do Poder Judiciário.
- III. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito, as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dez por cento do valor da prestação.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

59. Após obter sentença favorável, Rita apresentou requerimento de cumprimento de sentença em desfavor dos réus no processo. Paulo, um dos réus, pretende impugnar o cumprimento de sentença e obter efeito suspensivo. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) O pedido de concessão de efeito suspensivo à impugnação não depende da prestação de garantia ao juízo.
- b) A impugnação ao cumprimento de sentença possui efeito suspensivo automático.

c) Caso seja atribuído efeito suspensivo à impugnação, será vedado ao exequente requerer o prosseguimento da execução, ainda que preste caução idônea a ser arbitrada pelo juiz.

d) A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não impugnaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao impugnante.

e) Quando o efeito suspensivo atribuído à impugnação disser respeito apenas a parte do objeto da execução, será vedado o prosseguimento quanto à parte restante.

60. Julgada determinada apelação pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o réu/sucumbente não concorda com o acórdão prolatado. Diante disso, por entender haver ofensa tanto à constituição, quanto à legislação federal, pretende interpor Recurso Especial (REsp) e Recurso Extraordinário (RExt). Considerando o caso concreto e o disposto no Código de Processo Civil sobre os recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a interposição simultânea de REsp e RExt.
- b) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) Caso o recorrente pretenda o reexame de provas no Superior Tribunal de Justiça, o REsp deverá ser admitido.
- d) Caso o recorrente pretenda o reexame de provas no Supremo Tribunal Federal, o RExt deverá ser admitido.
- e) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.

61. Carla foi recentemente empossada analista no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Na sua primeira lotação, ela assessorará juiz de direito de vara exclusivamente cível, auxiliando na elaboração de minutas e triagem processual. No primeiro processo que recebeu para análise, o único advogado do réu peticionou nos autos informando a renúncia do mandato. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) a renúncia só terá efeito após homologação judicial.
- b) durante os 10 (dez) dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.
- c) é vedada a renúncia sem substituição imediata do advogado.
- d) havendo renúncia do único advogado do autor, o processo deve ser imediatamente extinto sem resolução do mérito.
- e) caso o autor fique inerte após a prévia intimação para constituir novo advogado, o seu pedido deverá ser julgado improcedente.

62. O juízo da X vara Cível de Joinville designou audiência de instrução e julgamento para a tomada de depoimento pessoal do autor e do réu em ação possessória. Para além disso, haverá também a oitiva das testemunhas arroladas pelas partes. De acordo com o Código de Processo Civil acerca da referida audiência, é correto afirmar que

- a) A audiência é una e contínua, não podendo ser cindida.
- b) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, desde que não tenha havido emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos.
- c) A audiência será sigilosa, ressalvadas as exceções legais.
- d) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 15 (quinze) dias.

e) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

63. Na análise de determinada apelação em trâmite perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o julgamento acabou não sendo unânime, existindo voto divergente daquele proferido do relator. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) a falta de unanimidade não gera consequências processuais, devendo o resultado ser publicado nos termos do voto vencedor.
- b) o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.
- c) deve a parte interpor embargos infringentes caso queira alterar o resultado da apelação.
- d) deve a parte opor embargos de declaração para esclarecer a contradição da divergência.
- e) o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença dos mesmos julgadores, a fim de alterar os seus votos.

64. Em determinado processo judicial, os réus Antônio e Pedro alteraram a verdade dos fatos em suas contestações e provocaram incidentes manifestamente infundados. Percebendo isso, o juízo, de ofício, aplicou multa aos réus por litigância de má-fé. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Se o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.
- b) O juízo não poderia aplicar a multa de ofício, dependendo de requerimento da parte autora.
- c) Embora provocar incidente manifestamente infundado seja considerado um ato de litigância de má-fé, a alteração da verdade dos fatos não é fato gerador para aplicação da multa.
- d) Quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, cada um arcará com a metade do valor arbitrado.
- e) O valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, em autos apartados.

65. Maria ajuizou ação de execução de entrega de coisa certa (bem móvel) em desfavor de Cláudio. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) Ao despachar a inicial, o juiz poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, sendo o valor inalterável.
- b) Cláudio será citado para, em 15 (quinze) dias, satisfazer a obrigação.
- c) Caso após citado Cláudio aliene a coisa para Pedro, será expedido mandado contra o adquirente, que somente será ouvido antes de depositá-la.
- d) Do mandado de citação constará ordem para imissão na posse.
- e) Havendo benfeitorias indenizáveis feitas na coisa pelo executado ou por terceiros de cujo poder ela houver sido tirada, a liquidação prévia é facultativa.

66. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina denegou mandado de segurança impetrado originalmente na corte. O impetrante, inconformado, pretende impugnar o acórdão. De acordo com o Código de Processo Civil, deverá ser interposto

- a) Recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) Recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) Recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) Agravo de instrumento, a ser julgado pelo próprio tribunal.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

67. João foi denunciado pela prática de fato que, à época da conduta, era previsto como crime em lei penal vigente. Antes do trânsito em julgado da condenação, sobreveio nova lei que deixou de considerar criminosa a conduta praticada. Em outra hipótese, imagine-se que o legislador, após a prática do fato, tenha apenas aumentado a pena cominada ao delito, sem descriminalizar a conduta. À luz do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei penal posterior mais severa aplica-se ao fato anterior, desde que ainda não tenha havido trânsito em julgado da condenação.
- b) A lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso não alcança condenações já proferidas, em razão da segurança jurídica.
- c) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal; além disso, a lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso afasta a punição, fazendo cessar a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- d) A lei posterior que beneficia o agente somente se aplica aos fatos futuros, em respeito ao princípio da anterioridade da lei penal.
- e) A inexistência de lei anterior incriminadora impede a aplicação de pena, mas não afasta o reconhecimento judicial do crime com fundamento em princípios gerais do Direito Penal.

68. Durante processo criminal por lesão corporal grave, a defesa de João sustenta que ele não pode ser considerado culpado, pois, à época dos fatos, sofria de grave doença mental que lhe retirava totalmente a capacidade de entender o caráter ilícito de sua conduta.

O laudo pericial, porém, concluiu que João possuía compreensão parcial da ilicitude do fato, ainda que diminuída, e capacidade reduzida de determinar-se conforme esse entendimento.

Considerando a teoria da culpabilidade adotada pelo Direito Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) João é inimputável, devendo ser absolvido de forma imprópria, pois qualquer grau de perturbação mental exclui a culpabilidade.
- b) A constatação de doença mental sempre exclui a culpabilidade, independentemente do grau de compreensão da ilicitude.
- c) A situação de João configura semi-imputabilidade, hipótese em que o juiz poderá reduzir a pena, nos termos da lei penal.
- d) A culpabilidade não se relaciona à capacidade de entendimento do agente, mas apenas ao resultado lesivo causado à vítima.
- e) A doença mental de João é irrelevante para a culpabilidade, pois não é levada em consideração para a fixação da pena.

69. Em 2020, determinada conduta foi tipificada como crime com pena de reclusão de 2 a 4 anos. Em 2023, nova lei alterou o tipo penal, aumentando a pena para 4 a 8 anos, sem modificar a descrição da conduta. João praticou o fato em 2021, sendo denunciado apenas em 2024, quando já vigorava a nova lei. Sobre a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) João deverá ser punido com base na lei nova, mais gravosa, porque esta vigora ao tempo do julgamento, em respeito ao princípio da atualidade da lei penal.
- b) Como o fato é posterior à primeira lei, mas anterior à nova, ao juiz é facultado escolher qual das leis aplicar, considerando apenas critérios de política criminal.
- c) A lei penal mais grave sempre retroage para alcançar fatos anteriores, desde que haja interesse social na repressão da conduta.
- d) Deverá ser aplicada a lei vigente ao tempo do fato, por ser menos gravosa, em observância ao princípio da irretroatividade da lei penal mais severa.
- e) As leis penais no tempo aplicam-se conforme o CPP, que determina a retroatividade de qualquer lei penal, seja mais gravosa, seja mais benéfica.

70. Carlos, desejando apenas assustar seu desafeto Pedro, dispara uma arma de fogo em sua direção, mirando intencionalmente para o chão, próximo aos pés da vítima. Entretanto, por conta de um erro de cálculo da distância, o disparo atinge Pedro na perna, causando-lhe lesões corporais de natureza grave. Considerando as modalidades de dolo previstas na teoria do delito, assinale a alternativa correta.

- a) Carlos agiu com dolo direto de primeiro grau, pois efetivamente produziu as lesões corporais em Pedro.
- b) Carlos agiu com dolo eventual, pois assumiu o risco de produzir o resultado, pouco se importando se iria ou não lesionar Pedro.
- c) Carlos agiu sem dolo, pois não queria atingir Pedro, devendo responder, quando muito, por culpa consciente.
- d) Carlos agiu com dolo direto de segundo grau (ou dolo de consequências necessárias), pois a lesão era resultado necessário de sua conduta de disparar perto da vítima.
- e) Carlos agiu com dolo de dano, pois seu objetivo era lesionar a integridade física de Pedro, o que efetivamente ocorreu.

71. Paulo e Ricardo combinam de praticar um roubo. Paulo ficará responsável por abordar a vítima, anunciar o roubo e subtrair os bens; Ricardo permanecerá dentro do carro, nas proximidades, pronto para dar fuga imediata após o crime. No dia dos fatos, Paulo executa o plano, subtraindo o celular da vítima mediante grave ameaça, e corre para o veículo conduzido por Ricardo, fugindo ambos do local. Com base nas regras de concurso de pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas Paulo responde pelo crime de roubo, pois foi o único que teve contato direto com a vítima.
- b) Paulo responde por roubo, enquanto Ricardo responde apenas por favorecimento pessoal, por ter ajudado na fuga.

- c) Apenas Ricardo responde por roubo, pois assumir a função de motorista de fuga caracteriza autoria mediata.
- d) Paulo e Ricardo respondem pelo crime de roubo em coautoria, pois ambos concorreram para a prática do delito, dentro do plano comum.
- e) Nenhum deles responde por roubo em concurso de pessoas, pois o simples fornecimento de fuga não integra o delito de roubo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

72. O MPSC, após receber o relatório final de um inquérito policial que apurava a prática do crime de estelionato contra um idoso de 72 anos, decidiu promover o arquivamento dos autos por entender que não havia indícios suficientes de autoria. A vítima, devidamente notificada da decisão, discorda do arquivamento.

Com base nas disposições do Código de Processo Penal sobre o arquivamento do inquérito, assinale a alternativa correta.

- a) Se a vítima não concordar com o arquivamento, poderá, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.
- b) O Delegado de Polícia, ao tomar ciência da discordância da vítima, poderá determinar o desarquivamento dos autos de ofício para realizar novas diligências.
- c) A vítima poderá, no prazo de 15 dias, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.
- d) O Juiz, caso discorde do arquivamento promovido pelo Ministério Público, deverá obrigatoriamente remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça.
- e) O arquivamento do inquérito policial fará coisa julgada material, impedindo a retomada futura das investigações e eventual futuro ajuizamento de denúncia.

73. Vítima de um crime de estelionato (art. 171 do CP) ocorrido em janeiro de 2024, Maria ofereceu representação contra o investigado Tício, em março de 2024. No curso do inquérito, Tício confessou formal e circunstancialmente a prática da infração.

Sobre o direito de representação e o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), assinale a alternativa correta.

- a) Maria poderá se retratar da representação oferecida a qualquer tempo, desde que o faça por petição fundamentada.
- b) O Ministério Público não poderá propor o ANPP se Tício tiver sido beneficiado por suspensão condicional do processo nos 05 anos anteriores ao fato.
- c) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, encaminhará os autos à instância superior do MP.
- d) A celebração do ANPP dispensa a confissão do investigado, bastando a aceitação das condições pelo acusado e seu defensor.
- e) Uma vez recebida a denúncia, a representação de Maria torna-se irretratável.

74. No que tange às citações e intimações, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Se o réu estiver preso, a citação poderá ser feita na pessoa do diretor do estabelecimento prisional, que terá o dever de entregar a contrafé ao acusado.
- b) A citação por edital terá o prazo de 15 dias e ocorrerá quando o réu estiver em local incerto e não sabido ou se ocultar para não ser citado.
- c) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado, pessoalmente ou por edital, para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

d) No processo penal, os prazos são contados da data da juntada aos autos do mandado devidamente cumprido.

e) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

75. Durante a instrução processual de uma ação penal por crime de roubo majorado, o magistrado, ao notar que o réu estaria planejando fugir, decide decretar a prisão preventiva do acusado, de ofício, para garantir a aplicação da lei penal. Frise-se que o acusado, apesar de primário, era portador de maus antecedentes.

Considerando o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) O magistrado agiu corretamente, pois, na forma do art. 311 do CPP, a prisão preventiva pode ser decretada de ofício pelo juiz em qualquer fase da instrução processual para assegurar a aplicação da lei penal.
- b) A decisão é válida, contudo, a manutenção da custódia cautelar deve ser obrigatoriamente reavaliada pelo Juiz a cada 60 dias, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- c) Agiu incorretamente o magistrado, uma vez que é vedado ao juiz decretar a prisão preventiva de ofício.
- d) O magistrado somente poderia decretar a prisão preventiva de ofício em caso de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.
- e) Agiu incorretamente o Juiz, pois não era cabível a decretação da prisão preventiva, por se tratar de réu primário.

76. Acerca da prisão domiciliar, analise as assertivas:

- I. Agente homem, preso preventivamente por furto, comprovou ser o único responsável pelos cuidados de seu filho de 10 anos de idade.
 - II. Mulher gestante, presa preventivamente por crime de tráfico de drogas, não possui outros filhos.
 - III. Agente com 74 anos de idade que alega estar debilitado por problemas comuns da idade.
- É cabível a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar APENAS nos casos:
- a) I, II e III.
 - b) II.
 - c) I e II.
 - d) I.
 - e) em nenhum dos casos.

DIREITOS HUMANOS E TUTELA COLETIVA

Ricardo Torques

77. Em determinada audiência pública sobre determinada política, um dos cidadãos presentes questionou a proposta que estava sendo discutida, sob o argumento de que ela suprimiria direitos já reconhecidos, em detrimento das conquistas históricas da humanidade. Salientou, na sua fala, que a proteção dos direitos da dignidade da pessoa deve ser sempre expansiva, o que não ocorreu na hipótese. A fala do cidadão corresponde à noção de:

- a) De efeito cliquet.
- b) De historicidade.
- c) De relatividade
- d) De imprescritibilidade.
- e) De inalienabilidade.

78. Segundo OLIVEIRA e LAZARI (2018), “tradicionalmente, sempre tiveram os direitos humanos irradiação centrífuga, isto é, com emanção do poder de comando, atingindo os comandados, verticalmente, bem como limitando a

atuação deste poder de comando”. Apesar disso, a evolução da sociedade demonstrou a necessidade de aplicação e proteção dos direitos humanos nas relações entre particulares. Havendo uma assimetria na relação entre particulares, é correto se afirmar pela existência de uma:

- a) Eficácia horizontal indireta.
- b) Eficácia Vertical dos direitos humanos.
- c) Eficácia Horizontal direta dos direitos humanos.
- d) Ineficácia horizontal
- e) Eficácia Diagonal dos direitos humanos.

79. Consoante a Constituição Federal de 1988, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, será possível que seja suscitado incidente de deslocamento de competência (IDC) para a Justiça Federal. O IDC

- a) será suscitado pelo Advogado-Geral da União perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) será suscitado pelo Advogado-Geral da União perante o Superior Tribunal de Justiça.
- c) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Conselho Nacional de Justiça.

80. Para que um tratado internacional sobre direitos humanos seja equivalente às emendas constitucionais em nosso país, exige-se:

- a) Deliberação unânime de todos os entes da federação.
- b) Aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Aprovação unânime de cada casa do congresso nacional em turno único.
- d) Aprovação unânime de cada casa do congresso nacional em dois turnos.
- e) Aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
